

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
Fernando L. Mitre
Editor Chefe
Celso Kinjô

Diretor Superintendente
Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

Orçamento Cortar despesas onde?

Irresponsavelmente aprovado pelo Congresso e sancionado sem vetos pelo presidente Fernando Collor de Mello, o Orçamento Geral da União para 1992 revela seus imensos furos já nos primeiros meses do ano. Todos os que acompanharam a tortuosa tramitação do projeto orçamentário no Congresso sabiam que os parlamentares engordaram artificialmente as receitas, enquanto emagreciam, também artificialmente, as despesas. Não se sabia, na época, de quanto tinha sido a superestimação das receitas. Agora se sabe. A receita orçada é 56% superior àquela que o governo, diante da situação geral da economia, espera conseguir ao longo deste ano.

Em fevereiro, a arrecadação de impostos pelo Tesouro Nacional foi 15% inferior à de janeiro e 10% menor do que a de fevereiro de 1991, o que fez com que o superávit de caixa caísse para apenas Cr\$ 1,9 bilhão — praticamente equilíbrio das contas, pois as despesas somaram Cr\$ 3,7 trilhões —, o valor mais baixo do governo Collor.

Uma parte da queda da receita é explicada pela redução do recolhimento do Finsocial, tributo que muitas empresas vêm depositando em juízo na esperança de que ele venha a ser declarado inconstitucional. O governo esperava que a receita do Finsocial atingisse Cr\$ 1 trilhão em fevereiro, mas ela ficou 60% abaixo disso. O empresário Antônio Ermírio de Moraes calcula que o montante depositado em juízo atinja Cr\$ 3 trilhões, dinheiro que nem vai para os cofres do Tesouro nem é utilizado pelas empresas. Mudanças na legislação do Imposto de Renda das empresas trarão problemas adicionais para receita da União. Calcule-se que, com essas mudanças (na forma de correção monetária dos balanços), o recolhimento de Imposto de Renda por uma empresa como a Telebrás cairá de US\$ 1 bilhão para US\$ 200 milhões.

Diante da ameaça de novos e graves desequilíbrios nas suas contas, o que impediria o cumprimento de

metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo anuncia que vai apertar o cerco em torno das estatais, obrigando-as até a antecipar para este mês o imposto que só deveria ser recolhido no segundo semestre. Vai também impor novos cortes nas despesas dos ministérios, controlando rigorosamente a entrada e saída de dinheiro.

A infra-estrutura econômica — transportes, energia, telecomunicações —, ainda de responsabilidade quase exclusiva do Estado, está numa situação lamentável e pode se converter no principal obstáculo ao crescimento. As atividades de pesquisa científica e tecnológica correm o risco de paralisação, por falta de apoio oficial. Pior ainda é a situação da escola pública, visível na degradação do nível de ensino e nos baixíssimos salários dos professores. O avanço da cólera e o ressurgimento de moléstias que se supunham eliminadas do território brasileiro mostram o quanto precisa ser feito — e com urgência — no campo da saúde pública.

Num quadro desses, onde é que o governo pode continuar cortando sem acelerar nossa caminhada em direção ao quarto mundo?

Ninguém hoje questiona a premente necessidade de se equilibrar as finanças do setor público. Mas o caminho para esse equilíbrio é a retomada do crescimento, que aumentará a arrecadação de impostos. Para isso, porém, é preciso que se aprove com urgência a reforma tributária que torne o sistema brasileiro mais racional, de modo a melhorar a produtividade das empresas, estimular o investimento, gerar empregos, assegurar salários maiores e aumentar a receita pública. Vincular essa reforma, que pode ser aprovada rapidamente, a mudanças profundas no aparelho do Estado, como o governo parece pretender, retardará a decisão, o que terá como consequência o aprofundamento da crise financeira do Estado e o atraso da retomada do crescimento econômico.